

VIII CONFERENCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇA E ADOLESCENTE - 2015

Eixo I – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Nº	PROPOSTAS	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual
1	Que o governo estadual através da secretaria de Segurança Pública do Estado reveja as estruturas e funcionamentos das delegacias da infância e juventude conforme estabelece o ECA. (REFERENDADO PELO EIXO 2).		X
2	Garantir a estrutura de equipe técnica para atendimento nas varas da família, infância e juventude.		X
3	Dar visibilidade ao ECA promovendo debate junto a crianças e adolescentes visando o protagonista infanto-juvenil.	X	
4	CMDCA junto aos órgãos públicos promovam capacitação aos trabalhadores sociais sobre o ECA unificando conceitualmente as falas e ações.	X	
5	Criação de mais um Conselho Tutelar com indicativa da região Leste	X	
6	Realizar um debate unificado entre a esfera municipal e estadual com respeito a creche e educação infantil no município.	X	
7	Promover o debate sobre modelo de educação infantil (integral e parcial), respeitando os aspectos de vulnerabilidade e econômico.	X	
8	Promover o debate envolvendo CMDCA, rede de ensino municipal e estadual, poder judiciário, ministério público, defensoria pública e conselho municipal da pessoa com deficiência, para garantia universal do acesso a criança e adolescente com deficiência na educação.	X	
9	Que o CMDCA provoque o executivo municipal e o CREA para garantir nas novas construções o que estabelece a NOBRH 9050.	X	
10	Fomentar o debate quanto o desenho de acessibilidade universal.	X	
11	Que o CMDCA garanta o debate e posição junto a secretaria municipal de educação e secretaria estadual de educação quanto o direito do acesso a escola dos adolescente em medida sócio-educativa em meio aberto; elaborando e construindo resolução.	X	
12	Ampliação do quadro de especialista na politica de saúde e assistência social destacando os previstos nas legislações.	X	

13	Realização de encontro municipal entre os diversos conselhos de direitos e de políticas públicas unificando as pautas e construindo plano de ação coletiva.	X	
-----------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	--

Eixo II – PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS

Nº	PROPOSTAS	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual
1	CONTRATAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E OUTROS APOIOS NECESSÁRIOS PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS, DEFICIÊNCIAS, TRANSTORNOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO, ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO COM VISTAS À SUA INCLUSÃO ESCOLAR E EM CENTROS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL PÚBLICO OU PRIVADO, RESPEITANDO A DEMANDA LOCAL COM RECURSOS HUMANOS, OPERACIONAIS E FINANCEIROS SUFICIENTES QUE GARANTAM A QUALIDADE DO ATENDIMENTO.		X
2	CRIAÇÃO DE UNIDADES DE SEMI – LIBERDADE EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS RESPEITANDO O PREVISTO NO ECA E NO SINASE.		X
3	Ampliação do atendimento da criança e do adolescentes USUÁRIOS de álcool e outras drogas em regime ambulatorial e internação terapêutica.	X	
4	Atender as diretrizes do CONANDA no que se refere a criação de no mínimo mais dois conselhos tutelares.	X	
5	Efetivação e ampliação da política de atendimento da criança e adolescente COM DEFICIÊNCIA.	X	
7	Fortalecimento do programa de prevenção “Vencer” do município de São José dos Campos.	X	
8	Criação de programa de sensibilização junto as empresas do município sobre a Lei 10.097 (Lei do Aprendiz).	X	
9	Integração entre os serviços públicos para atendimento adolescentes autores de ato infracional e acompanhamento sócio educativo.	X	
10	Ampliação do serviço de saúde mental para atendimento a crianças e adolescentes	X	

11	Criação de unidade de acolhimento institucional para irmãos em São José dos Campos	X	
12	Garantir que as equipes técnicas destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes e família pelo SUAS, tenham um número de profissionais previstos pela NOB/RH/SUAS.	X	
14	ALTERAÇÃO DO TEXTO: INSERIR NO CURRÍCULO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL A DISCIPLINA DO ECA E IMPLEMENTAR UMA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA CONHECIMENTO, FORTALECIMENTO E DEBATE DO ECA).	X	
15	Inserir o debate sobre o direito humano nos currículos municipais DE ACORDO COM OS MARCOS REFERENCIAIS E POLÍTICOS.	X	
16	Fortalecimento das políticas públicas DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE, principalmente nos bairros mais vulneráveis (escola integral, posto de saúde, centros esportivos e culturais, formação profissional, etc) . (ALCEMIR)	X	
17	Fortalecimento do trabalho em rede no atendimento a criança e adolescente.	X	
18	Adequação metodológica e estrutural das escolas para atender as necessidades das crianças e adolescentes com deficiência.	X	
20	Maior presença do CMDCA, pós conferencia, para divulgação e discussão do ECA no município.	X	
21	Implantação do SIPIA	X	
23	ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CONFERÊNCIAS.	X	
24	Ampliar o numero de Psicólogos e Assistentes Sociais NAS REDES PÚBLICAS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E ADOLESCENTE no município de São José dos Campos.	X	
25	Que o poder publico municipal e CMDCA promova discussão com capacitação da rede de proteção à criança e adolescente no que tange ao respeito das diversidades, da laicidade do estado e total conhecimento do ECA.	X	

Eixo III - PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Nº	PROPOSTAS	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual
1	Inserir no Calendário Escolar Estadual, o planejamento de atividades de protagonismo e participação, envolvendo a comunidade em geral.		X
2	Inserir NO PROCESSO DE FORMAÇÃO dos Grêmios Estudantis a discussão doECA, participação em Fóruns, Seminários e Conferências Municipais e Estaduais dos Direitos de Crianças e Adolescentes.		X
3	Estabelecer diretriz municipal para divulgação dos eventos referente a criança e adolescente, para maior participação da população.	X	
4	Estabelecer como diretriz do CMDCA QUE a participação de todos os serviços registrados, nas pré-conferencias e conferencia municipal DO CMDCA SERÁ UM DOS CRITÉRIOS PARA O FINANCIAMENTO DO FUNDICAD E PARA E REVALIDAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS	X	
5	Capacitar periodicamente os profissionais dos diversos serviços voltados para crianças e adolescentes sobre o tema: ECA. JÁ REFERENDADO	X	
6	Inserir o estudo do ECA nos diversos serviços públicos e privados, envolvendo a comunidade	X	
7	Favorecer acessibilidade à participação de crianças e adolescentes com deficiência em atividades que promovam o protagonismo	X	
8	Identificar e incluir os movimentos sociais na construção de processo do protagonismo infanto-juvenil	X	
9	Inserir nos editais de concurso público do município material de estudo referente ao estatuto da criança e do adolescente.	X	

Eixo IV–CONTROLE SOCIAL DA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS

Nº	PROPOSTAS	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual
1	Garantir nos serviços públicos espaços que propicie discussões pertinentes aos direitos de crianças e adolescentes.	X	X
2	Desenvolver ações para o monitoramento eletrônico das propostas das conferencias anteriores ATRAVÉS DOS SITES DO CMDCA, CONDECA E CONANDA	X	X
3	Fomentar ações sociais que propicie a divulgação e conhecimento do papel do CMDCA	X	
4	MANUTENÇÃO DO FOMENTO PARA A CAPACITAÇÃO aberta para a população para o exercício de controle social.	X	

Eixo V–GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Nº	PROPOSTAS	Âmbito Municipal	Âmbito Estadual
1	Que os fundos tenham como critério de destaque na sua destinação, projetos de caráter cultural e esportivo que garantam acessibilidade a pessoa com deficiência.		X
2	Melhoria na qualidade da educação pública estadual ofertada no ensino médio focando-se ações de revisão da grade curricular garantindo-se recursos.		X
3	Em atenção a nota técnica 55/2013/MEC garantia de instalação Centros de Atendimento Educacional Especializado DANDO SUPORTE A INCLUSÃO ESCOLAR DO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INSERIDOS NA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL	X	
4	Garantia de implantação de no mínimo dois conselhos tutelares (norte/leste) no município. REFERENDADA	X	
5	Que em São José dos Campos seja garantido a efetivação das medidas de semi-liberdade prevista no ECA. - REFERENDADA	X	
6	QUE O MUNICÍPIO ARTICULE JUNTO AO ESTADO MELHORIAS DE CONDIÇÕES E APERFEIÇOAMENTO NOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS/ DELEGACIA PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE	X	

7	Garantia que o conteúdo do Eca faça parte da grade curricular dos cursos de graduação e ensino público, como temas transversais.	X	
8	Que nas três esferas de governo haja um sistema eletrônico de monitoramento dando visibilidade do cumprimento de propostas da conferências e plano decenais. REFERENDADA	X	
9	Elaboração de plano de ação municipal e dotação orçamentaria garantindo atendimento educacional especializado as crianças com altas habilidades. REFERENDADA	X	
10	Efetivação da diretriz nacional de saúde sexual e reprodutiva voltado as crianças e adolescentes.	X	
11	Garantia de disponibilização de infraestrutura necessária pelo poder público para implantação do SIPIA.	X	